

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02/2017

Acréscenta parágrafos e incisos ao artigo 97 da Lei Orgânica Municipal, definindo critérios para apresentação de emendas parlamentares, de cumprimento impositivo, ao orçamento anual do Município de Itaúna – MG

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itaúna, nos termos do art. 60, inciso I, § 3º da Constituição Federal, c/c art. 66, inciso I, parágrafo único da Lei Orgânica de Itaúna, PROMULGA a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Itaúna, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos e incisos:

“Art. 97 (...)

§ 1º O projeto de lei orçamentária anual reservará o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista, destinado a suportar a apresentação de emendas parlamentares, de caráter impositivo, individuais e/ou coletivas, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º É obrigatória a execução orçamentária e financeira, no mesmo exercício, das programações a que se refere o § 1º, do artigo 97, da Lei Orgânica, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, que será dividido de forma equânime e equitativamente, entre os vereadores.

§ 3º As emendas apresentadas em conjunto conterão em sua justificativa o valor que cada parlamentar disporá de sua cota para fins de aferição do montante destinado individualmente.

§ 4º As programações orçamentárias a que se refere o § 1º, do artigo 97, da Lei Orgânica, não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica ou legal.

§ 5º No caso de impedimento de ordem técnica ou legal, no empenho de despesa que integre a programação, serão adotadas as seguintes medidas:

I- até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II- até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III- até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV- se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto inciso III, o Poder Legislativo não deliberar sobre o projeto, o

remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 6º Considera-se equânime e equitativa a execução das programações de caráter obrigatório, cujo atendimento se dará de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.”

Art. 2º A Lei Orçamentária Anual de 2017 referente ao exercício financeiro de 2018, contemplará o disposto nesta Emenda à Lei Orgânica, independentemente de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio de Miranda Silva <i>Vereador</i>	Alex Artur da Silva <i>Vereador</i>	Alexandre Campos <i>Vereador</i>
Gláucia Santiago <i>Vereadora</i>	Márcia Cristina S. Santos <i>Vereadora</i>	Otacília Barbosa <i>Vereadora</i>

Aopiamento:

Anselmo Fabiano	Antônio J. Faria Jr.	
Gleisson F. Faria	Giordane Alberto	Iago Souza
Lacimar Cezário	Lucimar Nunes	Márcio G. Pinto
Silvano Gomes	Joel Márcio Arruda	Hudson Bernardes

JUSTIFICATIVA

A presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica visa implementar, no Município de Itaúna, o Orçamento Impositivo, visando dar maior autonomia aos vereadores e garantir a aplicação de recursos em obras e serviços de interesse da Comunidade, particularmente na área de saúde, dividindo a responsabilidade da administração entre os poderes Executivo e Legislativo.

Conto com o apoio dos nobres colegas.

Itaúna, 12 de junho de 2017

Antônio de Miranda Silva
Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
RELATÓRIO
A PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 02/2017

Hudson Bernardes

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 29/06/2017, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa da proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2017, que “Acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 97 da Lei Orgânica Municipal, definido critérios para apresentação de emendas parlamentares, de cumprimento impositivo, ao orçamento anual do Município de Itaúna - MG”, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

A mencionada proposta visa implementar, no Município de Itaúna, o Orçamento Impositivo visando dar maior autonomia aos vereadores e garantir a aplicação de recursos em obras e serviços de interesse da Comunidade, particularmente na área de saúde, dividindo a responsabilidade da administração entre os poderes Executivo e Legislativo.

Neste sentido, entendemos que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica em apreço, está instruída com a documentação necessária, e encontra-se elaborada dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar a Proposta de emenda à Lei Orgânica em questão, acato “in totum” os argumentos jurídicos exarados pela Procuradoria Jurídica no sentido de que a proposta de emenda à lei Orgânica preenche todos os requisitos de admissibilidade para posterior deliberação de mérito por Comissão Especial, conforme prevê o art.213, § 2º do Regimento Interno desta Casa.

Hudson Bernardes
Presidente - Relator

Sala das Comissões, 29 de junho de 2017.

Anselmo Fabiano Santos
Membro

Joel Márcio Arruda
Membro

COMISSÃO ESPECIAL DE PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02/2017
RELATÓRIO

Joel Márcio Arruda

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 07/08/2017, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa da **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2017** que “Acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 97 da Lei Orgânica Municipal, definindo critérios para apresentação de emendas parlamentares, de cumprimento impositivo, ao orçamento anual do Município de Itaúna-MG”, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O projeto de emenda à Lei Orgânica mencionado tem como escopo implementar no Município de Itaúna, o Orçamento Impositivo, a fim de conferir aos edis maior autonomia, bem como garantir a aplicação de recursos em obras e serviços de interesse da comunidade, sobretudo na área da saúde, fazendo assim com que a gestão do interesse público seja compartilhada de maneira equânime entre Executivo e Legislativo.

O projeto em tramitação, passou pelo crivo da Comissão de Justiça e redação, possui correta técnica legislativa e está em conformidade com o ordenamento pátrio, sendo assim favorável o parecer dessa r. comissão para prosseguimento do processo de apreciação em plenário.

De grande valia salientar que as leis orçamentárias constituem a espinha dorsal da Administração Pública, na medida em que possibilita ao gestor público planejar as ações governamentais, definir as metas de governança de forma equilibrada e responsável em simetria com as realidades financeiras do município, bem como suas limitações, alocando os recursos de acordo com os objetivos estabelecidos pelo Estado de forma a viabilizar uma cidade de desenvolvimento controlado e crescimento ordenado.

O Orçamento Público é sem dúvidas, um instrumento de planejamento que espelha decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade e deve conter, portanto, de modo planejado a estimativa da arrecadação de receitas e autorização para a realização de despesas.

O despertar do Estado Democrático de Direito inaugurado pela Magna Carta de 1988 teve por nota característica a valorização da cidadania, mediante a consagração de diversos direitos individuais e sociais, previsão de instrumentos para sua proteção, fórmulas de controle da administração pública, tornando explícito e cogente a exigência de respeito aos princípios da administração, dentre os quais destacamos os da legalidade, publicidade e eficiência (Art. 37, caput, CF/88).

No tocante ao tema vertente, cumpre salientar, que a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e orçamento limita-se à edição de normas gerais, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios a normatização específica sobre a matéria, consideradas as peculiaridades locais.

A presente proposta cria uma norma específica, suplementando a legislação federal, em matéria de competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e também dos Municípios, no âmbito do seu interesse local, nos termos do art. 24, incisos I e II c/c art. 30, incisos I e II, ambos da Carta Magna.

Para lastrear a proposta que ora se analisa, relevante trazer a baila os ensinamentos do Ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles (In, Direito Municipal Brasileiro, 16ª edição. Malheiros Editores: São Paulo, p. 345):

No âmbito da competência legislativa concorrente a mesma Constituição reservou-a apenas à União, aos Estados e ao Distrito Federal (art. 24), determinando (em seu §1º) que à União cabe apenas editar normas gerais; aos Estados permanece a competência suplementar (§2º) e, mais, na ausência de norma geral editada pela União esses ficam com a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades (§3º), mas a superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário (§4º). **A competência legislativa suplementar foi deferida aos Estados (art. 24, §2º) mas estendida também aos Municípios, aos quais compete suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II)" (grifo nosso).**

Deve ser ressaltado, outrossim, que não há nenhuma incompatibilidade da proposta em voga, qual seja, o orçamento impositivo, com a Constituição Federal, vez que com o advento da Emenda Constitucional n. 86, de 17 de março de 2015, tal instituto está expresso no texto constitucional nos §§ 9º a 18 ao art. 166.

Ademais, releva mencionar que a implementação do orçamento impositivo na Lei Maior, não vinculou sua aplicabilidade aos demais entes federados, mantendo-se silente quanto a esses, a fim de que pudessem com a liberdade característica de um Estado Democrático de Direito, dialogar, acerca da conveniência da matéria em seus ordenamentos.

A proposta que implementa em Itaúna o orçamento impositivo vai de encontro com os sábios ensinamentos do Ministro VICTOR NUNES LEAL (**RTJ** 36/385) que advertia:

*“(…) A Assembleia **não pode ficar reduzida** ao papel de dizer **sim e não, como se fosse** - frase conhecida - **composta** de mudos, **que apenas** pudessem baixar a cabeça, vertical **ou** horizontalmente. **Ela pode introduzir elementos novos no projeto, desde que não o desfigure, que não mude a sua substância, que não estabeleça incompatibilidade entre** o sentido geral do projeto **e** as disposições a ele acrescidas pelo órgão legislativo.” (grifei)*

Por fim, o Projeto, em apreço, inspirou-se nas alterações introduzidas na Constitucional Federal, trazendo às normas do município dinamicidade à Administração Pública e, dando eco aos anseios dos itaunenses por meio de seus representantes na Casa Legislativa.

Desta feita, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, e não importará doravante, em qualquer redução ou majoração orçamentária, não contrariando, as leis orçamentárias já aprovadas por essa casa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, e não importará em qualquer redução ou majoração orçamentária, não contrariando, as leis orçamentárias já aprovadas por essa casa, estando apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 29 de Agosto de 2017.

Joel Márcio Arruda

Relator

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:

Gleison Fernandes de Faria

Membro

Lacimar Cezário

Membro